



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **GÊNERO, IDENTIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS NO ÂMBITO ESCOLAR**

José Maria de Barros Júnior; Susana Alves de Araújo

*Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns;*

[Junior.barros.3000@hotmail.com](mailto:Junior.barros.3000@hotmail.com)

*Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns;*

[Susanaaraujo21@hotmail.com](mailto:Susanaaraujo21@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo busca destacar a importância e a necessidade de se trabalhar gênero, identidade e diversidade no contexto escolar. O interesse por pesquisar essa temática surgiu devido à curiosidade dos autores em conhecer melhor o assunto e da carência desse tema nos cursos de formação. Nosso principal objetivo é compreender como gênero, identidade e diversidade sexual podem ser discutidos no ambiente escolar. Ademais, pretendemos analisar as discussões sobre a inclusão das questões de gênero na sala de aula, verificar as consequências da omissão ou inclusão desse tema na escola e entender como essas questões perpassam o ambiente escolar na construção de identidades. As discussões mostram que é essencial incluir essas questões na escola para diminuir preconceitos, discriminação, violência e para auxiliar pessoas na construção de identidades.

**Palavras-chave:** Gênero, Identidade, Diversidade sexual, Educação, Currículo.

### **INTRODUÇÃO**

A inclusão de discussões relacionadas a gênero, identidade e diversidade sexual no contexto educacional está sendo cada vez mais discutidas de forma polemizada no que se refere a elaboração de políticas educacionais, uma vez que essas discussões se contrapõem a valores estabelecidos socialmente, como o da família tradicional (homem e mulher). De um lado, estão os que defendem que essas questões devem ser trabalhadas na educação; de outro - principalmente no congresso com a frente parlamentar evangélica e católica – há aqueles que buscam mantê-las longe da educação. Autores recentes buscam discutir essa dicotomia, como Roseno e Guimarães (2016) e Almeida (2016).

Essa resistência contra discussões a respeito dessas questões se dá por diversos motivos, tais como: preconceito, falta de preparo ou lacunas na formação inicial de professores, divergências religiosas e culturais, sobretudo políticas, conservadorismo, entre outras (NOGUEIRA, 2010; ROSENO, GUIMARÃES, 2016). Assim, discutir essas questões é buscar quebrar paradigmas e estigmas engessados, estereótipos, tabus e diversos outros fatores que dificultam a reflexão dessas questões sobre a referente temática em nosso país.

As reflexões a respeito de gênero surgiram por meio de lutas de movimentos feministas em busca de direitos iguais na sociedade, que abriram portas para outros movimentos sociais, como o LGBTTTTI\* (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais)<sup>1</sup>, que ganharam mais notoriedade nas décadas de 70 e 80 com as discussões a respeito da AIDS/HIV, e também instigaram diversas pesquisas com o intuito de compreender a invisibilidade política das mulheres e homossexuais (MEYER, 2004).

Esses movimentos provocaram discussões a respeito dos tabus existentes na época, levando uma quebra de estigmas e preconceitos enraizados na sociedade. Com as discussões sobre sexualidade, maternidade e relações afetivas emergiram debates a respeito de outros temas (NOGUEIRA, 2010). Assim, diversas pautas foram levantadas e os papéis sociais começaram a ser problematizados pela sociedade. Podemos afirmar que os movimentos sociais feministas abriram portas para que outras temáticas, como educação, fossem discutidas em um âmbito mais amplo (LOURO, 1997). Dessa forma, se faz necessário discutir essas questões de gênero na esfera educacional, uma vez que o fluxo de informação presente nos meios de comunicação em massa tem crescido constantemente e essas temáticas estão cada vez mais sendo inseridas e discutidas pelos sujeitos inseridos na escola.

Dessa forma, partimos do seguinte questionamento para iniciar a pesquisa: quais são as principais implicações em incluir as discussões que envolvem gênero no ambiente escolar? Para responder essa questão, buscamos compreender quais as implicações de abordar gênero e sexualidade no espaço escolar diante do currículo, da proposta pedagógica e da formação inicial de professores.

Para isso, começaremos diferenciando alguns termos como sexo, gênero, identidade, orientação, sexualidade e diversidade sexual. Feito isso, discutiremos essas questões no âmbito escolar e depois levantaremos alguns aspectos essenciais que auxiliam na discussão dessas questões na esfera educacional, como os citados anteriormente, tais como: proposta pedagógica, currículo e formação inicial.

A presente pesquisa foi realizada no contexto do curso de pedagogia, o interesse em pesquisar o tema surgiu principalmente da curiosidade dos autores sobre o tema após o contato com pesquisas a respeito de gênero, sexualidade e direitos humanos em um encontro de pesquisa, que nos fez perceber o quanto é primordial o trabalho com esses assuntos. Ademais, acreditamos que discutir o referente tema é uma forma de instigar outras pesquisas e possivelmente a inclusão do assunto em outros momentos da formação. Para auxiliar nas

---

<sup>1</sup> Atualmente diversas siglas são usadas para se referir a essa comunidade. Optamos por utilizar essa por ser mais abrangente.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

discussões e no alcance dos objetivos tivemos como principais autores, Louro (1997; 2002), Meyer (2004), Butler (1990), entre outros.

## DESMISTIFICANDO TERMOS

Há algumas diferenciações a respeito dos termos comumente usados quando nos referimos à diversidade sexual, tais como: sexo, gênero, identidade sexual, orientação sexual, sexualidade e até diversidade sexual.

Primeiramente, sexo diz respeito às características biológicas referentes aos cromossomos que nos identifica enquanto seres “machos” ou “fêmeas”, sendo o cromossomo “X” referente ao sexo feminino e o cromossomo “Y” ao sexo masculino. Alguns autores como, Butler (2003), Jesus *et al* (2008) e Louro (2002) deixam claro ao se referir ao gênero que o sexo diz respeito às características físicas, anatômica e órgãos reprodutores. Já o gênero é uma construção social, histórica, cultural ou de poder, produto das diferentes formas de se relacionar dos homens e mulheres em sociedade, bem seus papéis na mesma. Roseno & Guimarães diferenciam esses dois conceitos ao afirmar que “a categoria gênero se distingue da dimensão biológica, ela é produto das relações sociais e culturais, e que milenarmente produz desigualdades entre homens e mulheres” (2016, p. 2). Dessa forma, gênero é uma produção de diversos fatores enquanto o sexo diz respeito aos aspectos biológicos que independem da cultura.

Por ser uma construção social, as concepções de gênero ditam as formas como o homem e mulher – assim como menino e menina – devem se comportar e se relacionar entre si. Já o papel social é uma das características atribuídas aos sujeitos em função de seu gênero, seja ele masculino ou feminino. Jesus *et al* afirmam que:

Essas características e atributos são produções culturais que permeiam todo o universo “masculino” e “feminino” e demarcam as desigualdades de gênero, criando tarefas, atribuições e normas, profissões e estilos de vida que novamente opõem e hierarquizam os sexos (2008, p. 35).

Assim, o gênero está associado ao papel sexual e de como o sujeito deve se apresentar na sociedade, o modo que deve viver e as tarefas que devem desempenhar. Barbosa e Guizzo afirmam que “os modos de se comportar, as condutas e os papéis assumidos são moldados pela sociedade e pela cultura” (2014, p. 160). Dessa forma, desde o nascimento os pais já planejam um determinado padrão ao qual o indivíduo irá se enquadrar.

Por meio do conhecimento a respeito de gênero, o sujeito passa a ser visto como um ser dotado de diversos aspectos que o constitui, sejam eles psicológicos, culturais, sociais ou políticos. Em outras palavras, passa a ser visto como um ente carregado de significados e atributos que constituem sua identidade. Os autores Silva, Rios e Vieira afirmam que:

É particularmente a partir do emergi do conceito de gênero que homens e mulheres passaram a ser pensados de maneira multifacetada, ou seja, como constituídos e construídos não apenas pelo gênero, mas também pela raça, etnia, classe, geração e sexualidade, dentre outros (SILVA; RIOS; VIEIRA, 2016, p. 3).

Podemos afirmar que esse conceito possibilitou o reconhecimento dos atributos do sujeito em aspectos além do biológico. Esse reconhecimento de um sujeito social dotado de elementos diversos, construídos socialmente, auxilia na construção da identidade do indivíduo por meio das representações sociais. A identidade de gênero nesse contexto se relaciona com diversos aspectos. Ela diz respeito a forma como se apresenta às pessoas, seja como homem ou mulher, ou uma mescla entre os dois, o chamado “gênero fluido”. O gênero fluido ainda é pouco debatido por estudos, uma das poucas autoras a usar esse termo é Marilyn Roxie. Para ela, esse termo alternativo que vem sendo usado pela comunidade LGBTTTI, diz respeito às pessoas que se movem entre dois ou mais gêneros. Portanto, compartilhamos do ponto de vista de Jesus *et al* no que se refere à identidade de gênero:

A identidade de gênero é, portanto, a maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais na condição de homem ou mulher ou, em alguns casos, de uma mescla de ambos, sem que haja nisso uma conexão direta e obrigatória com o sexo biológico (JESUS, 2008, p. 35).

Assim, podemos afirmar que a identidade de gênero é a forma como nos enxergamos e como queremos que as pessoas nos vejam, nos respeitem e nos tratem. O sentimento de pertencer a um gênero ou mais está relacionado ao conforto ou desconforto que sente com o próprio corpo (JESUS, 2008). Portanto, uma pessoa que possui o sexo masculino pode apresentar uma identidade feminina ou até modificar o corpo como uma forma de se alinhar a sua identidade interna, passando a fazer parte de outro grupo: cis gênero ou transgêneros.

Vale salientar a diferença entre gênero e orientação sexual. Orientação sexual diz respeito à atração sexual que se sente diante doutros sexos, seja pelo mesmo que o seu ou não.

A orientação também não é uma opção, não é uma escolha, mas um fato biológico. Para Jesus *et al*, “a orientação sexual resulta de um processo complexo e espontâneo de

constituição dos afetos e do desejo erótico, para o qual contribui uma multiplicidade de fatores” (JESUS *et al*, 2008, p. 17). Dentre esses fatores estão os biológicos, como os hormônios. A orientação envolve aspectos intra e extra psíquicos. Para Jesus *et al* (2008) possuímos uma interioridade e uma exterioridade e que por meio do processo de socialização criamos uma identidade no modo de se vestir, de se portar, de falar e até nos aspectos vocais. Assim, a nossa identidade se firma quando nos espelhamos nos demais como um ente diferenciado que também possui suas características próprias e específicas.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais, é muito importante discutir orientação sexual no âmbito escola, pois:

Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro” (BRASIL, 1997, p. 287).

Portanto, discutir orientação sexual nas escolas é importante, uma vez que engloba questões relacionadas ao gênero, ao respeito nos mais variados sentidos e expressões culturais. Não se trata apenas da opção sexual das pessoas, mas sim, de um emaranhado de questões históricas, sociais e políticas dos jovens. Em outras palavras, trata-se de debater sobre a diversidade sexual presente no nosso cotidiano e no mundo como um todo, que para Jesus *et al* trata-se de uma “expressão usada para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana” (2008, p. 16). Expressão, essa última, que diz respeito as formas de se aflorar os sentimentos, pensamentos e desejos, isto é, a sexualidade como um todo; pois para Barbosa e Guizzo “a sexualidade se expressa através do nosso corpo e da relação com nossas imaginações, desejos, fantasias, símbolos e padrões culturais” (BARBOSA e GUIZZO, 2014, p. 161). A sexualidade engloba o sexo, o gênero, os papéis sociais e a diversidade sexual. Falar de sexualidade é levar esses elementos em conta e buscar uma compreensão mais ampla; e não limitar o assunto e negar a relação sexual como algo prazeroso e instigar um pensamento do sexo apenas como meio de reprodução para manter a espécie, como mostram pesquisas de Barbosa e Guizzo (2014) e Jesus *et al* (2008).

## EDUCAÇÃO E GÊNERO: PARCERIA FUNDAMENTAL

Em meio as discussões em torno da sexualidade, a educação escolar vem como importante instrumento de combate às diferenças, promotor de respeito pelo próximo, assim como na luta por direitos iguais e a construção de uma sociedade mais justa. Apostamos na educação como elemento de transformação. Por isso compartilhamos do ponto de vista de Roseno e Guimarães que “a educação escolar tem papel preponderante na desconstrução de preconceitos e discriminações, tem por obrigação legal, moral e ética somar esforços no combate às desigualdades” (2016, p. 3). Além da desconstrução, um dos principais papéis da educação é a formação de sujeitos críticos e reflexivos cientes dos deveres e direitos enquanto cidadãos que se orientam pelos princípios democráticos.

No que se refere a escola, Nogueira afirma que “cabe a ela se aprofundar em conhecimentos científicos historicamente construídos e através de discussões e reflexões oportunizar a mudança de atitudes a todos/as os/as sujeitos envolvidos na educação” (2014, p. 16). Assim, debater esses temas na educação envolve a promoção de respeito ao público LGBTTTI bem como à saúde corporal das pessoas.

Barbosa e Guizzo (2014) afirmam que o fato da escola abordar a heterossexualidade e deixar as demais formas de orientações as margens do conhecimento do aluno acaba por desencadear um olhar de anormalidade para as pessoas que não se enquadram nesse padrão, o que pode ocasionar atos discriminatórios e preconceituosos para o público LGBTTTI, por não se encaixarem no modelo heteronormativo difundido pela escola. Essa postura heteronormativa e a ausência de discussões a respeito da sexualidade, identidade e diversidade sexual dentro do ambiente resultam em dois aspectos:

- a) em um alto índice de violências físicas, emocionais, sexuais praticadas pelos colegas, docentes e gestão contra as professoras, estudantes mulheres e aos indivíduos (docentes, alunos/alunas, gestores/gestoras) que não correspondem aos comportamentos da heterossexualidade compulsória ou da heteronormatividade;
- b) em violência simbólica e ou física que comprometem a qualidade da educação e o rendimento escolar, influenciam negativamente na retenção e ou na expulsão desses discentes dos ambientes educacionais, caracterizando uma pedagogia excludente (MIRANDA; MELO; SANTOS, 2016).

As questões a serem inseridas na escola não só se referem ao público LGBTTI, mas a sexualidade também. Ambos precisam ser problematizados, pois como afirmam Miranda, Melo e Santos “trabalhar assumindo a homossexualidade sem problematizar a ideia de que a heterossexualidade também é uma construção sociocultural não contribui para combater a

violência contra a comunidade LGBT, em nossa sociedade” (2016, p. 6). Essa citação é importante para evitar colocações de que ao defender essa comunidade estamos ferindo outra, ou colocar a heterossexualidade como única razão dos entraves que estamos vivenciando.

## **GÊNERO E CURRÍCULO**

Até o momento demos mostramos que é preciso inserir essas questões no ambiente escolar. Porém, quando falamos em inserir tais questões, devemos levar em conta que é preciso uma alteração na estrutura do currículo, da proposta pedagógica e da formação inicial. O currículo se constitui como um norte para as atividades educacionais, e, portanto, a inclusão da referida temática nesses documentos oferece subsídios para que o professor possa realizar um trabalho significativo. Ele também guia os sujeitos e transmite conhecimentos que os formam de uma forma ou de outra; isto é, está ligado à formação, por isso é importante trabalhá-lo. Para Jesus *et al*:

O currículo não é uma operação meramente cognitiva, em que determinados conhecimentos são transmitidos a sujeitos prontos. Em vez disso, deve ser visto como um discurso que, ao corporificar as narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos – e sujeitos também muito particulares (2008, p. 47).

Assim, o currículo deve ser visto como algo amplo, que vai além do aspecto de orientar discussões, mas de formar sujeitos de acordo com o intuito pelo qual ele é formado. Roseno e Guimarães (2016) afirmam que “na escola, o conhecimento se hospeda no currículo e é nele e por ele que o indivíduo cria sua identidade escolar e desenvolve a solidariedade cidadã” (ROSENO; GUIMARÃES apud. CARNEIRO, 2015, p. 246; 2016, p.7). Assim, as questões nos currículos auxiliam os alunos na construção de identidades. Porém, é preciso ter cuidado, pois o currículo pode se constituir como um instrumento ideológico e de poder, como afirma Silva ao dizer que “o currículo não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos” (2010, p. 46). Dessa maneira, as relações de poder existentes na sociedade influenciam diretamente no tipo de educação que se deseja ofertar. Ademais, Silva afirma que “mexer nessa organização significa mexer com o poder. É essa estreita relação entre organização curricular e poder que faz com que qualquer mudança curricular implique uma mudança também nos princípios de poder” (2010, p. 68). Essa é uma das razões pelas quais ainda não temos as discussões a respeito de gênero do currículo brasileiro: o poder.

## GÊNERO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Quando falamos em currículo não estamos apenas nos referindo à escola, mas à universidade também. Isso porque a inserção desses discursos em documentos e políticas, assim como o trabalho em sala de aula, será efetivado pelos professores que se encontram nesses contextos. Roseno e Guimarães afirmam que:

Os nossos cursos de licenciatura precisam também passar por uma reformulação do seu currículo, articulando os conhecimentos científicos com os práticos, as questões teóricas com as questões sociais, fazendo assim que surjam uma nova classe de docentes que tenham com primazia o zelo pelo respeito à diversidade humana e sexual. (2016, p. 9).

Dessa maneira, a diversidade humana e sexual deve ser uma maneira de englobar todas essas questões referentes a gênero no currículo. Isso porque “pensar na diversidade sexual inserida nas práticas curriculares é pensar no currículo como construção sociocultural e histórica, bem diferente de pensá-lo apenas como grade curricular ou rol de disciplinas” (JESUS *et al*, 2008, p. 47). Isso significa que o currículo também serve como construtor de realidades sejam elas mais justas e democráticas ou não. Portanto, na formação inicial e continuada se torna uma necessidade trabalhar com o referente assunto, até porque os cursos superiores de pedagogia parecem negligenciar a temática, uma vez que uma pesquisa recente (ALMEIDA, 2016) mostrou que de 30 cursos de pedagogia em Pernambuco apenas 5 deles abordam a referente temática em suas grades curriculares.

Ademais, discutir essas questões a respeito da formação propicia a reflexão de saberes, pois como afirma Pimenta “os saberes pedagógicos podem colaborar com a prática. Sobretudo se forem mobilizados a partir dos problemas que a prática coloca, entendendo, pois, a dependência da teoria em relação a prática, pois esta lhe é anterior” (1996, p. 83). Com relação à formação continuada, a referida autora entende que “a formação é, na verdade, auto formação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas no contexto escolar” (1996, p. 84). Assim, o professor é um profissional que está em constante aperfeiçoamento e aprendizado e por isso deve estar por dentro dessas discussões e de como trabalha-las no ambiente escolar.

Diante do exposto, a formação docente se constitui numa possibilidade dos professores confrontarem saberes e conhecerem melhor o que se propõe a discutir quando se fala em incluir as questões de gênero no ambiente escolar. Isso contribui para que alguns preconceitos,



sejam de natureza religiosa ou política possam ser confrontados com as teorias sobre o assunto.

As mudanças no currículo, poderiam ocorrer no momento atual se a temática de gênero fosse incluída na Base Nacional Comum Curricular que está em projeto de elaboração. Todavia, já há posicionamentos por parte de deputados solicitando que este documento seja aprovado pela câmara e não pelo MEC, o que pode representar um retrocesso, pois o poder de decidir aspectos da educação é retirado das mãos dos educadores para ser posto nas mãos de pessoas que não convivem no ambiente escolar e, portanto, não conhecem suas reais necessidades.

Assim, outro instrumento que é importante para buscar igualdade e respeito entre os gêneros é a proposta pedagógica. Ela se configura como elemento primordial ao dispor sobre os objetivos e metas da escola. Por meio dela os professores podem incluir as questões de gênero de uma forma mais contextualizada levando em conta as especificidades locais. Esse instrumento político e pedagógico oferece mais autonomia ao professor. Para Roseno e Guimarães:

Os projetos políticos pedagógicos das escolas precisam ser estruturados obedecendo não apenas as legislações presentes da educação, mas os temas que são suscitados em nossa sociedade, articulando os saberes, promovendo a equidade, buscando a permanência daqueles/as que são marginalizados/as. A escola precisa ser plural, nela deve-se emergir o respeito. Lembrando, por fim, que nem todo mal encontra-se na escola ou no Congresso (ROSENO; GUIMARÃES, 2016, p. 09).

Dessa forma, por meio dessa ferramenta é possível ter uma autonomia e atender as referidas questões. Desse modo, o que mais parece dificultar a inclusão dessas questões na esfera educacional é a ausência de uma legislação específica para trabalhar sobre a temática. Almeida afirma que “a inexistência de uma legislação específica sobre a diversidade sexual e sua contemplação no âmbito educacional dificulta, ou mesmo impede, ações já existentes ou em curso voltadas para essa temática” (ALMEIDA, 2016, p. 16). Isso significa que mesmo com a autonomia do professor em relação à proposta pedagógica e aos outros instrumentos que ele pode usar, a ausência de uma legislação específica dificulta tal trabalho, pois muitos membros, como os que nos referimos, discordam de tal efetivação.

Desse jeito, uma legislação específica iria auxiliar a participação de outros membros sociais como a família, pois sua participação nesses debates é essencial, uma vez que se trata de “um trabalho em conjunto: família, sociedade e escola, essas relações se dão nesses três pilares, por tanto os três devem andar juntos em busca de se construir relações igualitárias”

(SILVA; RIOS; VIEIRA, 2016, p. 10). Esses três setores devem caminhar juntos na efetivação de um trabalho produtivo e significativo.

Uma nova postura é necessária para favorecer um ambiente de respeito, para que os alunos possam conviver com as diferenças como algo rico e positivo, sem precisar ter medo de assumir suas identidades ou de ser reconhecido pelas suas potencialidades e não discriminados por aspectos estéticos, corporais ou até de identidade. Para Jesus *et al*, “a diversidade deve ser vista na escola como um grande instrumento pedagógico, capaz de alçar os/as aluno/as a outro nível de compreensão da cidadania [...] (JESUS *et al*, 2008, p. 23). Em outras palavras tomar as diferenças como forma de crescimento e não de desigualdade. Assim, compartilhamos da ideia presente nos PCNs no que se refere ao papel da escola: O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar (BRASIL, 1997, 305). Cabe a escola conscientizar a família a respeito da importância de trabalhar essas questões no âmbito escolar.

## RESULTADOS

Em vista do apresentado, podemos afirmar que entre os resultados da pesquisa que, primeiramente as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar ainda não são amplamente difundidas em razão do conservadorismo ainda presente nesses espaços. Ademais, os órgãos superiores, como o MEC, reconhecem a necessidade de se trabalhar essas questões e desenvolveram projetos, como o *Escola sem homofobia*, que por pressões, principalmente da bancada evangélica no congresso, foi retirado das escolas. Desse modo, percebe-se a falta de uma legislação específica que fomente esse trabalho de forma contextualizada e igualitária. Precisa-se também de formação continuada ou da inclusão da temática nos cursos de graduação, para que o professor tenha o domínio de conteúdo para efetivação do trabalho pedagógico. A inclusão da temática no currículo é outra necessidade que não podemos dispensar, pois nele se é estabelecido os conteúdos a serem trabalhados com os alunos e também interfere na construção de identidades. O ponto de partida para o debate e trabalho com a temática é a proposta pedagógica, que busca problematizar e contribuir com a formação de sujeitos sensibilizados e cientes dos direitos e deveres enquanto seres sociais, o que pode contribuir bastante para a construção de uma sociedade mais justa e politizada.

## CONCLUSÃO

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

Mediante as exposições aqui apresentadas, reconhecemos a escola como espaço de fundamental importância na promoção do respeito as diversidades sociais, uma vez que ela acolhe sujeitos diversos. Por isso, este espaço deve estar permeado pelas discussões apresentadas, de forma a produzir um novo olhar sobre as relações de gênero e sexualidade, promovendo o pensamento reflexivo acerca da pluralidade identitária da sociedade. A omissão dessas questões no ambiente escolar se configura como uma forma de reafirmar o preconceito existente, pois inviabiliza uma questão social, nega sua existência e isso corrobora para a visão de anormalidade enraizada na cultura vigente. Por isso que a postura heteronormativa da escola deve ser problematizada para que possamos oferecer uma educação mais contextualizada e que sirva de representação de sujeitos que não assumam uma postura excludente.

Portanto, como salientamos anteriormente, incluir discussões de gênero e sexualidade na escola, implica mudanças curriculares que na atual conjuntura estão limitadas devido a valores da família tradicional divulgados principalmente por grupos religiosos, principalmente pela atual bancada evangélica no congresso que tem se configurado com um retrocesso para as discussões da referente temática. Entendemos assim, que incluir o multiculturalismo no currículo implica diretamente nas relações de poder existentes na sociedade e que isso pode comprometer essas relações.

Portanto, podemos concluir que discutir essas questões são formas de diminuir a violência no ambiente escolar e de promover o respeito às diferenças e auxiliar na construção dos sujeitos e no reconhecimento deles enquanto entes sociais dotados de personalidade própria. Discutir essas questões auxiliam no entendimento das especificidades e valoriza a diversidade como algo rico. E dessa forma busca-se igualdade, respeito e harmonia nos mais variados setores da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edson Leandro. **O kit anti-homofobia e a (re)produção da identidade sexual nos discursos escolares**: paráfrases e polifonias. In: VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais... Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.

BARBOSA, Dianise Mello; GUIZZO, Bianca Salazar. **Gênero e Sexualidade**: interfaces entre as diretrizes curriculares e práticas pedagógicas. Revista de iniciação científica da ULBRA, Canoas, n. 12, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ic/article/view/1049>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: orientação sexual. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEF, 1998.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.

JESUS, BETO; *et al.* **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **O corpo educado: psicologia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MEYER, Dagmar Estermann. **Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais**. Brasília: Revista brasileira de enfermagem, 2004, jan n. 57, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016).

MIRANDA, Marcelo; MELO; Fernanda; SANTOS, Jean. **Gênero e Sexualidade como Processos Educacionais: categorizações sociais dos professores e gestores na educação básica**. In: VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais... Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.

NOGUEIRA, Daniela Macias. **Gênero e sexualidade na educação**. In: I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2010. Londrina, Universidade Estadual de Londrina. Anais... Londrina, 2010, 1 CD. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.DanielaNogueira.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor**. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

ROSENO, Camila; GUIMARÃES, Janaina. **A emersão diante da proposital invisibilidade: por que não falar de gênero na educação?** In: VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais... Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.

SILVA, Thaynara Oliveira da; RIOS, Pedro Paulo Souza; VIEIRA, André Ricardo Lucas. **A intrínseca relação entre relações de gênero e educação: uma discussão necessária nos espaços formativos**. In: VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais... Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.